



# MEMÓRIAS DA (DES)OCUPAÇÃO: DEPOIMENTOS DO PROCESSO DE REMOÇÃO, DESPEJO E ERRADICAÇÃO DA VILA DO IAPI EM BRASÍLIA (SESSÃO TEMÁTICA 9: CIDADE, HISTÓRIA E CULTURA EM DISPUTA)

**Júlia Tássila P. Rodrigues**

Universidade de Brasília - UnB | juliatassila.arq@gmail.com

---

## Sessão Temática 9: Cidade, História e Cultura em Disputa.

---

**Resumo:** Este artigo aborda outras perspectivas do processo de formação e consolidação de Brasília, expondo políticas urbanas excludentes aplicadas desde os primeiros anos da nova capital. Como foco empírico foi analisada a remoção, despejo e erradicação da Vila do IAPI, cuja transferência resultou na formação da Região Administrativa de Ceilândia. A pesquisa, de caráter exploratório, analisa as trajetórias e experiências dos moradores removidos, utilizando como principal fonte depoimentos registrados no Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal. Através do olhar dos 22 entrevistados, busca-se melhor compreender a história de Brasília. A análise se concentra nas décadas de 1960 e 1970, mas também reflete sobre os desdobramentos contemporâneos desse processo, como a persistência de desigualdades urbanas e a repetição de planos e propostas segregacionistas. A pesquisa busca, por fim, dar visibilidade às vozes apagadas pela narrativa oficial, enfatizando a agência histórica desta população e propondo uma leitura crítica das políticas urbanísticas no Distrito Federal.

**Palavras-chave:** Planejamento Urbano; Remoções e Despejo; Vila do IAPI; Ceilândia; História Oral.

## MEMORIES OF (DIS)OCCUPATION: TESTIMONIES OF THE REMOVAL, EVICTION, AND ERADICATION PROCESS OF THE VILA DO IAPI IN BRASÍLIA.

**Abstract:** *This article explores alternative perspectives on the formation of Brasília, focusing on exclusionary urban policies applied in its early years. It examines the removal and eviction of the Vila do IAPI, which led to the creation of Ceilândia. The exploratory research analyzes the experiences of displaced residents through testimonies from the Oral History Program of the Public Archive of the Federal District. By analyzing the accounts of 22 interviewees, the study aims to deepen the understanding of Brasília's history. The analysis primarily focuses on the 1960s and 1970s, while also addressing contemporary effects such as persistent urban inequalities and ongoing segregationist practices. Ultimately, the research seeks to highlight the voices overlooked by the official narrative, emphasizing the historical agency of this population and offering a critical perspective on urban policies in the Federal District.*

**Keywords:** *Urban Planning; Removals and Evictions; Vila do IAPI; Ceilândia; Oral History.*

---

## MEMORIAS DE LA (DES)OCUPACIÓN: TESTIMONIOS DEL PROCESO DE REMOCIÓN, DESALOJO Y ERRADICACIÓN DE LA VILA DO IAPI EN BRASÍLIA.

**Resumen:** *Este artículo explora perspectivas alternativas sobre la formación de Brasília, enfocándose en las políticas urbanas excluyentes aplicadas en sus primeros años. Analiza la remoción y desalojo de la Vila do IAPI, que dio lugar a la creación de Ceilândia. La investigación exploratoria estudia las experiencias de los residentes desplazados a través de testimonios del Programa de Historia Oral del Archivo Público del Distrito Federal. Mediante los relatos de 22 entrevistados, se busca profundizar en la historia de Brasília. El análisis se centra en las décadas de 1960 y 1970, pero también aborda efectos contemporáneos como las desigualdades urbanas persistentes y las prácticas segregacionistas. Finalmente, la investigación busca visibilizar las voces silenciadas por la narrativa oficial, destacando la agencia histórica de esta población y ofreciendo una perspectiva crítica sobre las políticas urbanas en el Distrito Federal.*

**Palabras clave:** *Planificación Urbana; Remociones y Desalojos; Vila do IAPI; Ceilândia; Historia Oral*

## INTRODUÇÃO

A construção de Brasília insere-se num contexto cujas políticas de remoção e despejo foram amplamente adotadas. A reforma do prefeito Pereira Passos no Rio de Janeiro - seguindo os moldes de Hausmann em Paris - é um exemplo clássico brasileiro deste padrão de urbanização. O caso de Brasília é ainda mais emblemático, devido ao ideal igualitário que guiou o discurso do projeto e a intencionalidade de fazer da cidade um símbolo desenvolvimentista, representando a superação do passado escravista e agroexportador do país, e a inserção do Brasil no mundo moderno.

As áreas residenciais do Plano Piloto foram concebidas com o objetivo de promover a integração social, minimizando a estratificação de classes. As unidades de vizinhança garantiriam a todos os moradores serviços essenciais de educação, lazer e saúde a uma curta distância de suas residências.

Porém, é paradoxal observar que, menos de uma década após sua inauguração, políticas de erradicação de invasões foram implementadas a fim de expulsar das áreas centrais aqueles que não correspondiam ao perfil social e racial idealizado para a capital. Uma dessas ocupações, erradicada de Brasília em 1971, foi a Vila do IAPI.

Em 1970, quando realizada a pesquisa oficial para início das remoções, a invasão já contava com mais de 45 mil pessoas, sendo a maior de Brasília na época. Composta majoritariamente por operários e seus familiares, funcionários da NOVACAP e migrantes em busca de melhores condições de vida, a Vila do IAPI carecia de infraestrutura mínima, como esgoto, água encanada, iluminação e equipamentos públicos, recursos que estavam presentes em outras áreas de Brasília na mesma época.

A Vila recebe esse nome em virtude de sua proximidade com o Hospital do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI). Atualmente o antigo hospital do IAPI é o Museu Vivo da Memória Candanga, no Núcleo Bandeirante. Não se sabe com exatidão o momento em que a ocupação surgiu, no entanto, a partir de 1960 ela começa a ser citada pelos jornais locais e nacionais como um exemplo do problema de favelização na capital.

As manchetes da época referiam-se à Vila do IAPI como "invasão" ou "ocupação" do IAPI, uma vez que, em Brasília, o termo "favela" era - e segue - incomum. Os próprios moradores, por outro lado, chamavam-na de "Vila", prefixo recorrente em outras ocupações irregulares. Mesmo cientes das precariedades infraestruturais, observa-se uma discrepância entre as representações oficiais e a percepção dos habitantes. Jornais e fontes institucionais retratavam a Vila de forma negativa, enfatizando a necessidade de sua erradicação e promovendo a remoção como solução ideal. Tal abordagem reforçava a ideia de que Brasília e a Vila eram incompatíveis, perpetuando uma narrativa excludente. A influência desses discursos permanece pouco explorada na análise histórica de Brasília.

Mais de cinco décadas após a dissolução da Vila do IAPI, os efeitos desse processo ainda são visíveis na distribuição espacial segregada de Brasília. Ceilândia, originada dessa política,

emerge como uma região administrativa emblemática, atualmente é a RA mais populosa e de maioria negra do Distrito Federal. Cabe relacionar com os dados divulgados este ano do Censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo os resultados publicados da pesquisa, a capital abriga as três maiores favelas do Brasil em área territorial: 26 de Setembro, Sol Nascente e Morro da Cruz I e II. Dentre elas, Sol Nascente (região conurbada com Ceilândia que surge como expansão irregular da mesma) se destaca como segunda maior favela em número de moradores, com aproximadamente 70 mil habitantes.

Fica evidente que o aumento no número de favelas e a intensificação da segregação no território brasiliense não resultam de um fenômeno recente, mas da continuidade de políticas implementadas desde o início de sua construção. A análise histórica revela que o projeto e o desenvolvimento de Brasília seguiram caminhos já traçados por experiências urbanas anteriores, as quais culminaram na segregação social e racial do espaço urbano. Nesse contexto, observa-se que processos de despejo têm sido uma estratégia recorrente adotada pelo governo para lidar com populações negras quando estas ocupam massivamente regiões privilegiadas da cidade.

A narrativa que ainda sustenta tais políticas segue sendo a de impossibilidade de manutenção dessas populações nas áreas em que residem. O impedimento da regularização e as remoções são normalmente justificadas por argumentos ambientais ou estruturais, nunca assumindo as conotações sociais e raciais subjacentes a essas decisões.

A fim de demonstrar outras perspectivas dessa história, recorreremos ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF), com o propósito de evidenciar a visão daqueles que viveram e foram diretamente impactados por essas políticas segregacionistas. É preciso dar rosto, voz e cor a esta história apagada.

O objetivo deste artigo é analisar, por meio de um mosaico de depoimentos, aspectos da vida cotidiana e da infraestrutura da Vila do IAPI, bem como o processo de remoção de seus moradores e os primeiros anos em Ceilândia. Não há intenção de fornecer dados comprobatórios que sirvam como fonte, trata-se de uma pesquisa exploratória fundamentada na etnografia dos arquivos. A escolha pelo uso dos relatos busca empregar a personalidade dos atores como fator fundamental para uma nova análise crítica. Com isso, pretendemos, não só apresentar uma outra ótica do processo de urbanização de Brasília, mas provocar uma reflexão sobre políticas que ainda são realizadas no Distrito Federal, no Brasil e no mundo.

## **MOSAICO DE MEMÓRIAS: A VOZ DOS ERRADICADOS DA CAPITAL – TRAJETÓRIAS E NARRATIVAS DA MIGRAÇÃO PARA BRASÍLIA À REMOÇÃO PARA CEILÂNDIA.**

Quem se dedica a historicizar a multidão, as pessoas despossuídas, subalternas e escravizadas, se vê tendo de enfrentar o poder e a autoridade dos arquivos e os limites que eles estabelecem

com relação àquilo que pode ser conhecido, à perspectiva de quem importa e a quem possui a gravidade e a autoridade de agente histórico. (HARTMAN, Saidiya, 2022, p.11)

Foram selecionadas ao todo 22 entrevistas, sendo 13 homens e 9 mulheres, das quais 21 realizadas entre 2001 e 2002 e uma em 2005. Dentre os entrevistados, 21 moram atualmente em Ceilândia, sendo que o senhor Adair José de Lima não explicitou seu local de residência atual. Dos 21 que hoje vivem em Ceilândia, 17 foram transferidos da Vila do IAPI, 2 moravam anteriormente na Vila Tenório (as senhoras Dalva Afonso e Maria do Socorro Pires) e outros dois não chegaram a morar em invasões, porém receberam o direito de ocupação - e posteriormente de compra - em lotes na Ceilândia por terem trabalhado no processo de remoção e mudança para a região. O senhor Severino Ramos de Lima residia no Núcleo Bandeirante, enquanto o senhor Ilton Ferreira Mendes não especificou onde morava antes de se mudar para Ceilândia.

**Tabela 1: Dados gerais dos entrevistados**

Nome (ordem alfabética)	Data de nascimento	Local de origem	Data da mudança	Mudou-se para
Adair José de Lima (AL)	20/11/1936	Rio Preto, MG	10/07/1961	Taguatinga
Albino Antônio Maneiro (AM)	01/07/1948	Itarana, ES	01/01/1969	Vila do IAPI
Ana Maria de Jesus (MJ)	-/11/ -	Santana do Brejo, BA	1960	Vila do IAPI
Antônia Alves da Silva (AS)	05/06/1947	Esperantina, PI	1965	Taguatinga
Domingos José Borges (DB)	24/05/1935	Cristópolis, BA	1959	N. Bandeirante
Dalva Afonso N. Rodrigues (DR)	18/02/1932	Patrocínio, MG	1968	Vila Tenório
Edite Martins Farias (EF)	14/ - /1940	Taguasul, ES	ñ informado	Vila do IAPI
Eliezer Marques Ribeiro (ER)	04/02/1944	Barra, BA	03/11/1964	Acampamento
Francisca Coelho Pereira (FP)	04/08/1935	Nasce a Vargem, MA*	08/1962	Sobradinho
Francisco Chagas Nogueira (FN)	31/12/1947	Icó, CE	1968	Vila do IAPI
Gonçalo Gonçalves Bezerra (GG)	07/09/1939	Poeiras, CE	04/12/1958	Vila do IAPI
Ilton Ferreira Mendes (IM)	ñ informado	Salinas, MG	1969	ñ informado
José Mattão (JM)	11/08/1932	Guiratinga, MT	1958	N. Bandeirante
Luis Gonzaga Ribeiro Lobão (LL)	02/07/1950	Teresina, PI	1962	Vila do IAPI
Luzimar Oliveira (LO)	14/12/1939	Condado da Paraíba, PB	12/10/1968	Gama
Manoel Luiz Borges (MB)	28/03/1934	Cristópolis, BA	1968/69	Vila do IAPI
Maria das Graças Pimentel (MP)	09/09/1960	Caputira, MG	1967	Vila do IAPI
Maria do Socorro Pires (MP)	25/09/1929	Belém do São Francisco, PE	15/08/1957	N. Bandeirante
Pedrina de Oliveira Coelho (PC)	29/06/1952	Paraibana, MA	1969	Vila do IAPI
Severina Etelvina (SN)	27/04/1933	São José do Egito, PE	1962	Vila do IAPI
Severino Bezerra da Silva (SS)	01/11/1939	Passira, PE	23/07/1961	N. Bandeirante
Severino Ramos de Lima (SL)	30/07/1935	Tapuruá, PB	03/03/1958	N. Bandeirante

Fonte: autoria própria com dados fornecidos pelo Arquivo Público do DF.

Quem conduz a entrevista em quase todos os depoimentos é a senhora Silvia Regina Viola de Castro - aqui referida apenas como "entrevistadora" ou "SR" - a serviço do Arquivo Público do Distrito Federal. Apenas o senhor Adair José de Lima teve a entrevista conduzida pela senhora Helcy Fátima Bonifácio Perez Nunes (HF). A identificação dos entrevistados pode

ocorrer através da abreviação do nome com uso de duas letras maiúsculas, como colocado entre parênteses na Tabela 1.

É recente a introdução das áreas periféricas de Brasília como centro das discussões sobre o planejamento urbano da capital, sendo necessário maior exploração de histórias que fujam da epopeia de JK. Neste sentido, os relatos aqui abordados são essenciais no objetivo de aprofundar os conhecimentos sobre a segregação e a configuração urbana da capital.

## **A CAPITAL DA ESPERANÇA: MUDANÇA PARA BRASÍLIA**

A intensa campanha publicitária em torno da nova capital destacou sua importância estratégica e econômica, incentivando a imigração de mão de obra ao divulgar oportunidades de melhoria de vida para aqueles que se dedicassem à sua construção. Desde antes de sua inauguração, quando a cidade ainda era uma extensa área rural - que se transformaria num enorme canteiro de obras - Brasília contou com um fluxo migratório sem precedentes.

A primeira contagem populacional do Distrito Federal aconteceu em 20 de julho de 1957, quando o IBGE indicou a presença de 12.283 habitantes. Em setembro de 1960, meses após a inauguração, houve o primeiro Censo Oficial do Distrito Federal. Na ocasião, Brasília somava mais de 140 mil pessoas, das quais a maioria já residia em área urbana. Na década de 70 houve uma queda nas taxas de crescimento populacional do DF. A população, no entanto, já era de 537.492 habitantes, significando um salto populacional de quase quatro vezes em uma década.

O fluxo intenso de pessoas é frequentemente explicado com certo distanciamento e impessoalidade. As entrevistas não só apontam a realidade daquele momento, mas a expõem com maior humanização. Para muitas dessas pessoas, Brasília significava a expectativa de mudança de vida, o fato de muitas delas terem se mudado perseguindo esse sonho mostra que a propaganda realizada pelo Governo através de jornais e rádios funcionou. Para muitos brasileiros, a nova capital seria a realização das ambições modernas e desenvolvimentistas que levariam ao progresso de toda a nação.

### **Entrevistadora: Vocês já ouviam falar muito de Brasília lá nessa época né?**

(ER) – Já tinha, já tinha informação, informação de pessoas que teve em Brasília, e dizia que Brasília era promissora...

(SR) – Com muito emprego.

(ER) – Que ganhava dinheiro com mais facilidade, tinha emprego né, e a gente mais jovem né, com 17 anos, eu cheguei aqui ainda não tinha 18 anos completo.

(AJ) – Eu tenho assim de ouvir pelo rádio, na época a gente tava lá no interior, e eu ouvi a festa pelo rádio, foi uma coisa muito emocionante assim de deixar a gente arrepiado. Era uma coisa

assim que a gente acreditava mas com o pé atrás, porque na realidade foi uma proeza muito grande do presidente Juscelino Kubitschek , ele realmente foi determinado, e isso empolgou Deus e todo mundo e emocionou muita gente. Mesmo lá no interior assim ouvia no radinho, a gente chorava de emoção [...] Goiás naquela época era esquecida, era uma região totalmente paralisada, sem atividade, sem progresso, então o sonho da gente de ver acontecer aquilo, foi uma coisa extraordinária.

(AM) - Brasília ainda estava no início. Estava assim em expansão... Tinha boas oportunidades, foi vindo a família toda. Hoje a família capixaba em Brasília é bem numerosa.

(FN) – Sempre foi meu sonho Brasília e sei lá, para nós nordestinos, Juscelino era uma grande pessoa assim, ele fez um açude muito grande vizinho da gente, Açude do Oróz , então na época falava Brasília de Juscelino aí a gente, todo mundo... Criava aquela expectativa de vim para Brasília, e como Brasília era uma cidade de sei lá, de gente de toda parte, a pessoa vai se habituando aqui.

Dos entrevistados, 15 são naturais da região Nordeste, 7 da Sudeste e 2 da Centro-Oeste. A maciça presença de nordestinos, evidencia a complexa articulação entre o discurso oficial de progresso e as condições muitas vezes precárias enfrentadas pelos trabalhadores - com destaque para as condições climáticas extremas e tradição agropecuária da região - que, almejando uma vida melhor, contribuíram diretamente para a construção da capital.

(SN) - Não tinha trabalho, só na roça, e chovia era de 2 em 2 anos, ou de 3 em 3 e não tinha água nem para beber, não tinha como a gente criar qualquer coisa, só servia de criar um porco, uma galinha, e daí minha filha... e eu não tinha como criar minha família lá, aí viemos embora para aqui.

Vale frisar que o Censo Experimental de Brasília realizado em 1959 pelo IBGE, apontou que os imigrantes vinham majoritariamente da região Centro-Oeste, seguido da região Sudeste e só depois aparece a região Nordeste. Sul e Norte vem em seguida, nesta ordem. Quando o ritmo da construção se intensifica e a necessidade de mão de obra aumenta, os fluxos migratórios se alteram e a região Nordeste toma a frente. Sudeste e Centro-Oeste passam a ocupar a segunda e terceira posições, respectivamente, e assim essas regiões se consolidam como as principais “emissoras” de imigrantes para Brasília. Em 2015, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) apontou que 48% dos moradores de Ceilândia são naturais de outros estados, desses, 68% migraram do Nordeste.

Assim, grande parte deste grupo pessoas que migraram para Brasília na época - advindas também de outros estados - vinham de contextos em que enfrentavam dificuldades em suas respectivas regiões.

### **Entrevistadora: Qual o motivo da sua mudança para Brasília?**

(AM) - A mudança para Brasília porque realmente na roça a situação era muito difícil [...] (Albino Antônio Maneiro, Itarana - ES).

(AS) – Olha, eu vim do Nordeste com 16 anos à procura de melhorar as condições de vida. (Antônia Alves da Silva, Esperantina - PI).

(ER) – A procura de melhor opção, porque como eu já disse anteriormente eu fui nascido e criado na roça, então, a possibilidade de crescimento ou de melhoria de vida seria quase que nenhuma, ia continuar lavrador como meu pai até..... até seu falecimento, eu fiz uma opção. Brasília era uma cidade nova né? (Eliezer Marques Ribeiro, Barra - BA).

(GG) - Bem dizer a todos, nós sabemos que o Nordeste ele é muito propenso a seca, essas coisa, em 1958, eu tinha naquele época, uns 19 anos de idade e foi uma das secas mais terríveis que houve no Nordeste, uma da... não foi a maior, mas foi uma grande seca e na época Juscelino tinha iniciado Brasília já, desde o início de 56, 57 tal, e com essa história de vim para Brasília, eu dado a circunstância de dificuldade do interior, da roça, morava na roça, no município de Poeira que é a cidade, mas eu morava na roça mesmo, no interior, em fazenda, aí eu vim para Brasília, viemos de pau-de-arara, aquela viagem sofrida... (Gonçalo Gonçalves Bezerra - Gongon, Poeiras - CE).

(LL) – Minha mudança para Brasília é meu pai, porque ele morava lá em Teresina e não estava bom para ele lá, ele veio embora para Brasília trabalhar que ele era marceneiro, carpinteiro, ele veio embora e depois de 2 anos ele mandou buscar a gente, a gente foi para a Vila do IAPI [...] (Luis Gonzaga Ribeiro Lobão, Teresina - PI).

(LO) – O motivo da minha mudança foi a situação financeira fraca, que não tinha condições, pessoal muito pobre lá, não tinha recurso mesmo, e eu cheguei e vim para Brasília, aqui passei fome, 3 dias sem comer, eu estava morando no Gama, passei 3 dias sem comer. (Luzimar Oliveira, Condado da Paraíba - PB).

(MB) - A coisa para lá na roça toda vida interior ali é difícil, na roça, não é só aquele tempo, toda vida foi um tempo só, a gente veio para cá pela infância de querer, vou para o lugar ganhar a vida, até hoje o pessoal faz isso, para ganhar a vida, "vou ganhar a vida em tal lugar" uns dão sorte, outros não dão. (Manoel Luiz Borges, Cristópolis - BA).

(SS) – A minha mudança pra Brasília eu saí de Pernambuco em 1959, uma seca muito grande e eu saí de lá pra cá, num saí nem praqui, eu saí pro paraná, é saí pro Paraná, do Paraná eu vim... aí com o tempo eu vim pra São Paulo, de São Paulo eu vim pra Brasília, em 61 é 23 de julho de 1961 eu cheguei em Brasília. (Severino Bezerra da Silva, Passira - PB).

Porém, nem todos migraram em decorrência de adversidades. Há aqueles que foram atraídos pela ideia da nova cidade, gostaram da capital e optaram por permanecer:

(FP) – Bem, o motivo da mudança para Brasília, nós estávamos morando em Terezina, e estava até bem empregado lá na Secretaria de Finanças, mas deu na cabeça de vim passar as férias aqui, não tinha conhecimento, mas chegou aqui quis ficar [...] Aí mandou me buscar, arranjou um emprego, mas logo saiu, aí ficamos aqui, e passamos um ano de sofrimento. (Francisca Coelho Pereira, Nasce a Vargem - MA).

(EF) - Ah, eu vim prá Brasília para passear, participar de um casamento na época e cheguei aqui em Brasília gostei. Então arranjei trabalho e fiquei por aqui e me casei. E até hoje eu estou muito bem aqui em Brasília. (Edite Farias Martins, Taguasul - ES).

Situações de exploração e extrema vulnerabilidade também fizeram parte das razões que trouxeram imigrantes a Brasília. Como exemplo, há o relato da senhora Ana Maria de Jesus, vítima de trabalho escravo:

(SR) – A senhora veio com o seu pai, com sua mãe?

(MJ) – Foi. Meu pai veio trazer a minha mãe para tratar, com um mês ele veio buscar a gente. A gente foi comprado da...

(SR) – Vocês foram comprados?

(MJ) – Comprados assim, o patrão, que ele veio para a fazenda, ele deu o dinheiro para buscar a gente e a gente veio para a fazenda para trabalhar, para pagar as passagens.

(SR) – As passagens.

(MJ) – Nós fomos trabalhar na roça.

(SR) – Enquanto não pagassem, vocês tinham que ficar lá.

(Ana Maria de Jesus, Santana do Brejo - BA).

## A CAPITAL DAS INVASÕES: A VILA DO IAPI

A rápida expansão demográfica gerou uma enorme demanda residencial, que exigia soluções urgentes por seu caráter essencial e básico. Os Censos realizados pelo IBGE aqui citados, já sinalizavam o crescimento demográfico de Brasília e a tendência de uma população maior que as 500 mil pessoas indicadas inicialmente por Lucio Costa. Mesmo que nos comentários realizados pelo júri sobre a proposta vencedora já houvessem citações de soluções de

expansão indicando a construção de cidades-satélites (IPHAN, 2018, p.46) - vistas atualmente como uma deturpação do projeto original - a expansão territorial nos primeiros anos, seguiu sem projetos urbanísticos que considerassem a totalidade do Distrito Federal (Lancellotti; Guinancio, 2022, p.8).

A cidade era nova e havia oferta de terrenos, no entanto, a especulação imobiliária se fez presente desde o início de Brasília, restringindo o acesso à propriedade. Essa dinâmica, comum no mercado privado, foi impulsionada por órgãos públicos, que, detendo o monopólio das terras, poderiam promover justiça urbana, mas não o fizeram. Como consequência, um grupo específico de pessoas foi forçado a recorrer à informalidade, consolidando as ocupações irregulares no DF.

(FN) – Olha, essas pessoas lá eram o seguinte, existia acampamento mas para as pessoas solteiras, para as famílias não, aqueles casados, aquelas pessoas que traziam as suas famílias ele chegava aqui, ficava jogado em Brasília, então foram criando essas vilas, porque eu conheço mais de 10 colegas meus, conterrâneos que vieram, eu vivi em alojamento, através deles foi que eu consegui ganhar um lote lá...

(SR) – O senhor era solteiro, morou no alojamento das construtoras.

(FN) – Eu era solteiro o alojamento servia para mim, mas eles não davam, como é que ia ficar com criança, aqueles, que nem um que conheci, tinha 14 filhos!

No caso da Vila do IAPI, a situação em relação à sua formação é peculiar. Diferente do que acontece com a maioria das ocupações irregulares, esta não surgiu espontaneamente, sendo formada e endossada por agentes do governo. Após todo o esforço para atrair trabalhadores, o empenho volta-se para a expulsão dos mesmos.

(GG) - Era tudo diferente na época. Nós estávamos no IAPI, porque o prefeito Wadjô da Costa Gomide, tinha muitas invasões em Brasília, e ele resolveu remover essas invasões, todas para a invasão do IAPI, que esse IAPI exatamente foi no início de Brasília, o operariado ganhava a madeira nas construtoras e começava a fazer as casas para residente, fazendo invasões, tudo aquilo foi invasão, aqui nós não conhecemos, é só o Guará I e II não foram invasão, o resto tudo foi invasão, na época, e Ceilândia também não foi diferente, começando do IAPI, e lá nas imediações tinha a Vila do IAPI, tinha o Morro do Querosene, tinha a Vila Esperança, Vila Bernardo Sayão, Vila Tenório, Placa das Mercedes, Vila dos Carroceiros, Vila... é Bernardo Sayão já falei, e tinha o Morro do Urubu, chamava Morro do Urubu, não era praticamente uma vila, era uma seqüência do IAPI, era uma continuação do IAPI o Morro do Urubu, era um lugar muito temido, um local de prostituição, era uma coisa terrível e dava muito e tal, é tanto que quando a gente vinha para o IAPI de táxi, que chegava lá nas imediações ninguém queria entrar, era um trabalho... vendo essa necessidade toda, o Wadjô Gomide resolveu, o prefeito, tirar todas as invasões e colocar no IAPI para depois criar um plano para aquele povo que já

estava tudo em um lugar só, fez uma numeração por ordem alfabética, letra A, a1, a2, a3 comandava uma série de barracos, o B, tanto que o meu era letra D, lote parece que 16 rua Asa Norte, que eu tinha ido da Asa Norte para lá.

A Vila do IAPI tem seu início a partir da remoção de invasões menores espalhadas pelo Plano Piloto. O jornal Correio Braziliense (FONTE) noticiou diversas remoções de favelas para o IAPI. Assim, os primeiros moradores da Vila, que posteriormente seria erradicada, já vinham de processos de despejo. Apesar de ter sido criada pelo governo, não houve qualquer infraestrutura disponibilizada para aquela população, havia a ideia muito concreta de que aquelas pessoas não permaneceriam ali. Segundo escreve Tony Marcelo (2007) acreditava-se que somente um terço desse grupo de migrantes seria incorporado às atividades locais, enquanto outro terço se integraria às atividades agrícolas nos arredores das cidades e a fração restante retornaria ao local de origem. Esperançosos que não precisariam lidar com toda aquela gente, os órgãos estatais não se incomodaram em fornecer condições urbanas básicas.

#### **Entrevistadora: Como é que era a vida lá na vila do IAPI?**

(DB) – A vida na Vila do IAPI era muito precária, mas como eu acho que a gente já estava acostumando com o sistema de lá, e a pessoa gostava, nesse tempo, mas era precária, porque não tinha asfalto, não tinha luz, a luz funcionava lá até às 10 8 horas, ligava ali pela 6 horas, 10 horas desligava, todo mundo ficava no escuro, também todo mundo ia dormir cedo, não é?

(SR) - Não tinha saneamento básico nenhum.

(EF) - Não tinha.

(SR) - Esgoto corria na rua.

(EF) - É, escorria na rua, buraco também, era muito triste. agora...

(SR) – Tinha asfalto, como é que era?

(SN) – Não, só terra minha filha, asfalto era só perto ali, daquela entrada né Zé? Da Candangolândia.

(SR) – Não tinha infra-estrutura, água, luz...?

(AS) – Não tinha nada.

Além da carência de infraestrutura urbana, era evidente a precariedade das condições habitacionais. As moradias consistiam em barracos de madeira, frequentemente construídos com tábuas doadas por empreiteiras ou restos das grandes obras e monumentos erguidos na capital. Tal realidade evidenciava o absoluto desdém com que as populações mais pobres de Brasília eram tratadas, sendo expostas à situações subumanas.

(FN) – Era um rebanho de menino, nós morávamos vizinhos [...] ficava tudo pertinho ali, aquelas famílias, naqueles barraquinhos, um trazendo uma tabuazinha de uma obra, eles conseguiam pegar uma madeira ali, outra acolá, aquelas firmas, como eu trabalhava na Carvalho Hosh, quando desmanchavam uma obra, um andar daquele, sobrava muito daqueles madeirites estragado.

[...]

(FN) – A gente pedia aqueles mestres de obras, engenheiros, eles davam e tinham deles que ainda ajudavam e botavam num carro e vinham deixar.

(AS) – A vida lá era muito difícil. Porque lá eram barracos e mais barracos, muito pequenininho, só cômodozinho assim, inclusive o meu barraco ele era feito só de tabuazinha, tinha até essas tábuas de caixa de maçã, você vê, eles pegavam as caixas, abriam e eles faziam tipo assim, bem dizer quase de papelão, então era muito difícil.

(AS) – Não. Os barracos nem piso tinha. Tinha muito era ratazana, nossa! Era muito difícil.

(LL) – Muita dificuldade mesmo, a gente morava em um barraco com três cômodos.

(SN) – Foi. Aí nós morávamos num barraquinho de tábua e moravam 14 pessoas com a gente de aluguel, e eu fazendo marmita e fornecendo para eles, trabalhando na firma junto com meu esposo. Tudo família da gente não sabe? Mas era um Deus nos acuda, uns em cima dos outros não sabe?

Apesar das inúmeras precariedades mencionadas, os moradores da Vila do IAPI conseguiram organizar o espaço de forma a garantir que todos possuíssem um endereço, ainda que informal.

(MJ) – Vieram. Tinha uma rua que chamava rua do Morro do Urubu, rua do Sapo, tudo tinha esse nome lá.

(SR) – Era rua?

(MJ) – Agora a rua que eu morava era rua Costa e Silva, que era já perto daquele espinho, perto do Bandeirante.

A área contava com comércio local, atendendo às necessidades cotidianas, além de bares que promoviam encontros e algum nível de lazer.

(AM) - Eu trabalhei com ele na Vila do IAPI, mais ou menos dois anos, depois nós montamos uma merceariuzinha, por conta própria, lá era muito fácil, porque era barraco de madeira, e era só comprar o direito de fazer um barraco, não tinha problema que era invasão né?

(DB) – Eu comprava das firmas [...] na época tinha a Alô Brasil, inclusive já vendia para a gente lá na Vila do IAPI.

(ER) - [...] tinha um barzinho onde reunia os colegas que já vinha da Vila do IAPI [...]

Os habitantes viviam em uma dinâmica de bairro, marcada por relações de vizinhança amistosa e cooperativa. Essa iniciativa contribuiu para a criação de uma identidade territorial própria, ainda que marginalizada no contexto urbano de Brasília.

(MB) - [...] você saía de noite não tinha bagunça, não tinha nada, ninguém andava ofendendo ninguém, não tinha essa malandragem que tem hoje.

(DB) – Foi muito bom, eu gostei muito de lá.

(SR) – Certo. O senhor por exemplo morava em um lugar e todas as pessoas que moravam lá perto já se tornaram assim amigos do senhor. E tinha por exemplo conta lá, existia isso?

(DB) – Existia, existia.

(AL) - [...]Eu me recordo que (inc) quando a gente ia dar um passeio em Brasília naquela época, a gente às vezes ia lá na Vila do IAPI, porque era um local aconchegante, sentia aquele calor humano das pessoas muito próximas uma das outras [...]

Os próprios agentes envolvidos na Campanha de Erradicação de Invasões, que surgiria anos depois, reconheciam as características urbanas que qualificavam o espaço da Vila do IAPI “Ela (IAPI) apresentava ruas bem traçadas, lotes cercados e em alguns setores um processo espontâneo de fixação, uma verdadeira comunidade de vivência e serviço” (BASTOS, 1979, p. 3). De fato, a Vila gozava de extensa área verde e arborização, desenho urbano que favorecia o encontro facilitando a convivência comunitária, distribuição igualitária - ainda que insuficiente - das áreas dos barracos, além de já contar com cultura e identidade próprias.

Muitas características eram representativas de uma região que só precisava de infraestrutura, no entanto, o governo seguiu com o plano de erradicação manteve o argumento da impossibilidade de permanência da Vila do IAPI apoiado também em justificativas ambientais.

A Vila do IAPI ocupava uma localização estratégica, perto de um córrego e do hospital que dava nome à invasão. Deste modo, a população tinha acesso à água (ainda que dificultado) e suporte médico quando necessário.

(AS) – [...] Que, olha, não tinha água encanada, tinha um córrego lá embaixo que a gente ia pegar água para lavar roupa, para tudo, então era muito difícil [...]

(EF) - Não que eu saiba, como nós aqui a maior parte nós morávamos em volta do hospital do Juscelino [...] tudo que acontecia corríamos para o hospital, eu mesmo... o segundo filho meu tive lá no hospital . Muito bom , todos nós éramos atendidos, o povo dali da Vila do IAPI era atendido no hospital do Juscelino Kubistcheck.

A proximidade com Plano Piloto era conveniente para a população que lá residia, já que muitos trabalhavam em Brasília ou nas regiões próximas consolidadas, como Núcleo Bandeirante (antiga Cidade Livre).

(SR) – E as pessoas que moravam nessas vilas, trabalhavam no Plano...

(LO) – No Plano, exatamente.

(SR) – Às vezes terminava o emprego não tinha onde morar e eles iam lá e compravam o barraquinho e ficavam.

No entanto, para os planejadores e gestores do espaço urbano, a permanência dessas populações numa região privilegiada era indesejável.

(LO) – É exatamente, comprava o barraquinho e ficava lá, na marra porque lá eles também não queriam que construíssem, que fizessem barraco, tinha alguns dias lá que a pessoa fazia de noite e eles vinham e desmanchavam.

(AS) – Avançando muito, eu acho se eles não tomassem providência, pensasse que não, já estava perto do palácio, então a gente ficou sabendo que o governo ia tirar de lá porque estava avançando, todo mundo chegando.

A capital da esperança logo se mostrou seletiva, gerando uma porção de excluídos. O que fazer com essa população residual indesejada que ameaçava habitar nas proximidades desta cidade utópica?

### **A CAPITAL DA SEGREGAÇÃO: O CONVENCIMENTO, O DESPEJO E A MUDANÇA PARA CEILÂNDIA.**

Existem inúmeros textos e registros sobre Brasília, o interesse, no entanto, parece estar voltado ao Plano Piloto e ao Eixo Monumental. Não é coincidência que isto aconteça, a construção da cidade não era somente física, mas também simbólica. Era importante que o imaginário da população estivesse sempre atrelado ao caráter monumental de Brasília. Fotógrafos e profissionais contratados para registrar o empreendimento que era a capital, foram submetidos à censura, como escrevem os autores Fialho e Pescatori (2023). Havia intencionalidade em esconder imagens de Brasília que não reforçassem a imagem desejada. Não só as imagens, mas a população que destoava do imaginário pretendido deveria ser ocultada.

Observando o crescimento e a consolidação da invasão, o governo decide pela remoção completa da Vila do IAPI. Agora, instalando-a num lugar definitivo mitigando o risco de retorno.

(ER) – É, ele recomendou uma pesquisa, fez um seminário, encomendou uma pesquisa sobre favelamento no Distrito Federal, então o número de favelas, já no Distrito Federal naquela época, 69, foi dado como alarmante, então tinha que se tomar uma providência, e essa providência foi é... criada essa comissão de erradicação de invasões, que é a CEI, que mais tarde deu o nome de Ceilândia, porque CEI mais Lândia, que é vem do inglês de terra, e aí criado pelo próprio doutor Otomar Lopes Cardoso que era o Secretário do Serviço Sociais.

Na edição 01195 de 1964 do Correio Braziliense foi noticiada a “Operação Retorno”. Subsidiada pela Novacap, o texto da matéria cita a remoção de mais de 6 mil trabalhadores “com objetivo de livrar Brasília da ‘mão de obra ociosa’ que tanto prejuízo vem causando à Capital da República”, estes seriam redirecionados para os seus estados de origem. Os eufemismos utilizados para se referir a expulsão daqueles que ergueram Brasília são demonstração nítida da narrativa

sustentada, explicitando ainda os mecanismos de uma argumentação dissimulada utilizada para naturalizar a exclusão de indivíduos indesejados na cidade. Nesta mesma edição que apontava os trabalhadores “atendidos” pela campanha da Novacap, estava também a

manchete que anunciava um outro projeto de lógica semelhante, o Plano de Erradicação de Invasões.

Com uma vida instável, em situação vulnerável e infraestrutura precária na Vila do IAPI, não foi difícil convencer as pessoas da necessidade de mudança. Para conseguir que a remoção ocorresse de forma pacífica, o governo mais uma vez apelou para a propaganda, ressaltando os benefícios que a mesma teria com a erradicação, e para o sonho dessa população - de possuir um terreno próprio - além de alegar a impossibilidade de permanência. Inicia-se então um trabalho de convencimento nas Vilas, simultâneo à marcação dos barracos para a retirada e posterior transferência.

**Entrevistadora: Mas eles falavam porquê, explicavam alguma coisa para vocês?**

(MJ) – Falavam que aquela invasão não podia ficar, que tinha que vir, mudar para esse lugar aqui, não era Ceilândia ainda.

(SR) – Ninguém queria sair de lá para vim para cá?

(FP) – De jeito nenhum, então foi resolvido assim, primeiramente as igrejas, falaram lá, falaram com Avelino que os outros.... aquele pastor..... tinha o padre Liro, fazia parte também, aquele pastor..... deixa eu ver se eu lembro, o pastor Joel, também fazia parte, tinha um outro reverendo também que fazia parte das reuniões.

(SR) – Certo.

(FP) – Eu sei que combinaram com os pastores para reunir as igrejas, tirar primeiro as igrejas, vinha primeiro, para depois então tirar o povo.

(SR) – Que é uma forma também do povo acreditar.

(FP) – Acreditar.

(SR) – Que tem uma força espiritual.

(FP) – É, exatamente

(DB) – Não, a única que eles explicava que era a pessoa ir mudar para pegar um lote definitivo, 'pruquê' lá não tinha condição de ser urbanizado lá mesmo, então para Ceilândia que ia pegar o lote definitivo e que ia documentar e as vantagens são essas.

(SR) – Certo, e vocês gostaram até da...

(DB) – A gente se interessar, que lá a gente não tinha como fazer nada porque não tinha urbanização e não tinha direito, não era dono também.

(SR) – E nunca ia ser também.

(DB) – Então a gente se interessou por causa disso.

(SR) – E existia resistência do pessoal ou não?

(LL) – Não, existia assim, as pessoas queriam um local melhor, quadras mais para o centro, mas não podia, não tinha essa de privilegiado.

(SR) – Não tinha escolha não.

(LL) – Não, tinha que vir para o lugar certo.

(SR) - Tinha uma boa divulgação, todo esse processo.

(MP) - É, pelo que me lembro assim da época existia essa parte de cadastramento, de ir de casa em casa, de fazer o cadastramento das pessoas e deixar as pessoas de sobreaviso da importância do remanejamento, isso também era tratado às vezes na igreja, o padre anunciava na missa do remanejamento, que na minha visão é como se fosse assim um meio de comunicação com a comunidade, que a gente só tinha rádio lá, raramente tinha uma casa que tinha uma televisão, então o nosso único meio de comunicação lá era a televisão e era também através da escola [...]

(SR) - Graça as pessoas, qual foi a reação assim dos seus pais com essa mudança assim de repente?

(MP) - A princípio foi de medo, porque as pessoas, a gente tem sempre medo do novo, do que vem, fica aquela questão da desconfiança e também porque a cidade era muito distante do Plano Piloto que era onde eles trabalhavam, então Ceilândia estava muito distante do trabalho, então tinha aquela questão da desconfiança e aí, será que a gente realmente, será que lá vai realmente se tornar uma cidade? Mas atrás de tudo isso existia uma grande esperança de que lá seria o lugar bom para formar o futuro junto com a família, com os filhos.

(SR) - Isso que é o importante.

(MP) - Então, existia o medo mais ao mesmo tempo existia aquela esperança, até porque eles eram pioneiros e quando vieram para Brasília já vieram também atrás de um sonho, que era o sonho de Juscelino, então aquela esperança....

(SR) - Então, carregado de esperança mesmo não é?

(MP) - Aquela questão da esperança, ainda continuava... continuava muito viva dentro deles, porque afinal eles vieram para cá para ajudar na construção de Brasília e era uma nova cidade também que eles construiriam.

Através da Campanha de Erradicação de Invasões, o governo realizou o cadastramento de todos os barracos, uma vez que só teria direito à compra - nenhum terreno foi doado - de um

lote em Ceilândia aqueles que moravam nas invasões registradas nas pesquisas. Para prevenir a chegada de novos invasores, os barracos eram demarcados, e uma permissão de ocupação para um lote na nova Região Administrativa era imediatamente emitida. Com isso, o processo de remoção teve início.

**Entrevistadora: E como é que foi então, agora a senhora conta prá gente a transferência da população, como foi feito esse...**

(AM) - Olha... não, foi uma coisa imposta realmente, agora quem quisesse mudar por conta própria, aí tinha essa oportunidade, eu mesmo mudei por conta própria.

(AS) – Não, primeiro foram falar da importância de mudar, da preocupação do governo com a população, depois eles mostraram condições, quem pode ir por conta própria, vai, eles autorizavam, quem não, o Serviço Social ia hoje e dizia 'olha, derruba o barraco que amanhã já vai passar o caminhão aqui prá levar'.

(SR) – O caminhão que ia do governo para ajudar?

(AS) – Do governo, é. O governo que mandava.

(SR) – Então vocês desmontavam, o caminhão ia lá, mas não ajudavam vocês a levar para o outro lugar, para virem prá cá, nada?

(AS) – Não, ele hoje dava a ordem, a gente ia desmanchava o barraquinho, e passava a noite lá no relento, e no outro dia cedo o caminhão chegava, quando o caminhão chegava lá eles tinham o pessoal que iam no caminhão.

(SR) – Ajudava?

(AS) – Ajudava, pegava, botava no caminhão, ali onde é a Caixa Econômica era onde que eles recebiam, carimbavam o documento para gente chegar.

Nem todos, porém, tiveram conhecimento prévio das remoções.

(SR) – Ninguém avisou nada que ia acontecer?

(SS) – Não, ninguém não avisava nada, chegava assim e ia dar aviso o povo de uma hora pra outra, o povo ficava espantado invadia o barraco e os caminhões encostando e o povo arrancando os barracos e jogando dentro, e como é que pode ser uma coisa dessa né? Essa daí se lembra demais, aí quando chegemos lá naquele tempo, chegemo lá tava a.... (?) foi..... quê que vai acontecer, acontecer.... o povo não sabia nem onde botar, mas é uma cidade nova que vai ser criada né, e essa cidade era Ceilândia.

(SR) – Gente, e não falaram nada pra vocês como é que ia ser?

(SS) – Não senhora.

(SR) – Como ia ser a mudança.

(SS) – Não senhora, não tinha a história de ficar botando microfone na rua nem nada não, só era chegar assim (?) batia na porta e rebentando o barraco, já arrancava tudo e jogava tudo, do jeito que tiver dentro de casa, né não?

[...].

(SS) – Isso era arrancando o barraco, cadeira mesa tudo , botando no caminhão.

(SR) – E eles botavam isso aonde, em caminhão de quê, deles?

(SS) – É, não, os caminhão era da Administração Pública, era do GDF.

Boa parte dos barracos da Vila do IAPI já eram feitos de maneira improvisada. Na transferência para Ceilândia, os mesmos eram desmontados e as madeiras transportadas para o local demarcado, não havendo qualquer preparo do terreno para a reconstrução das moradias.

(SR) – Um cerradão. E quando vocês chegaram aqui dona Ana, o que tinha aqui para vocês fazerem? Já tinha tudo limpinho, como é que era?

(MJ) – O mato, pau para cortar, a fazer um lugarzinho de botar o colchão ali em cima de uma tábuas, a lona a gente não tinha, botava era cobertor sabe? Fazia assim de tábua para entrar, quando chovia a gente ficava podia dizer na chuva, eles trabalhavam a noite toda emendando pedaços de tábua para a gente ficar dentro.

[...]

(MJ) –Aquele mato, aquele matão assim, eles cortavam aquelas madeiras e como nós... ele ia trabalhar no outro dia na firma e eu ficava capinando

[...]

(MJ) – É, essa madeira ainda é de lá ainda, essas madeiras da minha casa, da Vila do IAPI.

(SR) – Quando desmanchou lá vocês trouxeram.

(MJ) -Trouxeram os pedaços de tábua, os barracos foram assim tudo emendadinho, a gente não podia comprar mais madeira, então foi assim, aí marcou a data.

(SR) – As tábuas já eram bem ruins?

(JM) – E o tempo em que eles estavam alí, muito naquela época, Brasília chovia mais que hoje. [...]

(AS) – Ah eu cheguei e botei meus... minhas... quando desmancha o barraco lá já acabou tudo, as telhas eram de chapa asfalto, as madeirinhas acabaram, a gente pegou um pedacinho de lona, botou uns pauzinhos lá e cá e ficou debaixo. [...] eu fui no Serviço Social, e eles vieram e fizeram meu barraco, 3 por 4.

(SS) – mas num era assim não, eles pegava qualquer pessoa jogava lá no chão e deixava lá e o povo se virava, quando a pessoa num podia construir, ele dava o Serviço Social da Maria de Lourdes dava Assistente Social, dava aquele povo né, carpinteiro, é, é, aqueles trabalhador do pesado pra aterrar, fazer escavar...

(SR) – Pra dar uma ajuda pras pessoas.

(SS) – Fazer um comodozinho pequenininho.

(SR) – Certo.

(SS) – Um comodozinho pequenininho botava aquela família dentro [...]

(MB) – Foi, chegando despejando aqui, eles me deixaram aqui, disse assim : “olha, daqui prá cá o senhor constrói o seu... o seu barracão, e daqui prá cá é procê construir a sua casa quando você puder”[...] eu ia para a obra, trabalhava na obra de dia, à noite eu vinha para cá, quando chegava de noite era batendo martelo, cortar tábua, abrir buraco no chão, fincar pau, foi (?) os barracos.

A mudança não significou melhoria nas condições de vida. Após os despejos e remoções, executados com uma rapidez sem precedentes – mais de 80 mil pessoas foram deslocadas para Ceilândia em menos de um ano – o governo novamente negligenciou essa população. Os ex-moradores da Vila do IAPI se viram, mais uma vez, em uma área sem infraestrutura básica, não havendo diferenças em relação ao contexto da ocupação anterior. O novo local, distante do centro, na verdade representou uma queda na qualidade de vida.

(FP) – Não tinha nada, não tinha água, não tinha...

(SR) – Nem luz, nem água.

(FP) – Nada, nada. Era só poeira e mato só.

(AS) – Não era nada, só muita terra, lama na época da chuva e o resto era poeira.

(EF) - Era vento demais , tinha vento aqui quando dava assim as telhas...

(SR) - E era frio ou não?

(EF) - Muito frio e muito vento, porque é muito aberto [...]

(MP) - É, tinha cobra, tinha cobra e a gente era criança e uma coisa que muito nos assustava, era quando começavam as primeiras chuvas, então de repente do chão brotava aquelas minhocas bem grandes, tipo minhocoçu, e a noite a gente não conseguia dormir com medo daquele bicho sair debaixo da cama entendeu?

(DR) – E nós ficamos onze dias debaixo de chuva.

(SR) – Mas como é que vocês faziam, vocês faziam algum acampamentozinho?

(DR) – Tipo cigano.

(SR) – Certo, certo.

(DR) – Ou um barraco, os móveis mesmo, a gente colocava as telhas em cima dos móveis.

(SR) – Certo.

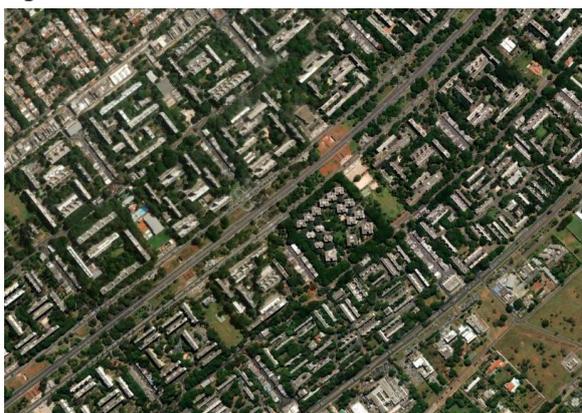
(DR) – Tipo numa cabanazinha sabe? E ali a gente ficou até construir o barraco no fundo.

[...]

(DR) – Sem água, sem luz, sem nada.

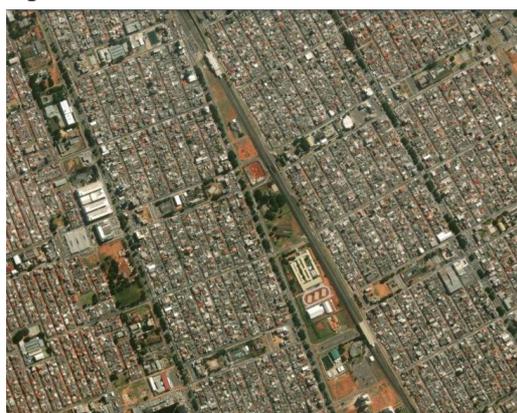
Sem qualquer infraestrutura, a falta de projeto e planejamento adequados para a transferência da população para Ceilândia ficou evidente. A queda na qualidade do espaço, que já era precária no IAPI, escancarou a dura realidade dos erradicados. Em comparação com a antiga RA vizinha, a cidade projetada para receber esta população estava distante do Plano Piloto não só espacialmente. Enquanto os moradores das Asas dispunham de extensas áreas verdes livres, espaços amplos e pilotis, Ceilândia foi pensada num padrão de repetição de desenho onde os lotes seriam menores e mais próximos, com poucas áreas de respiro (Peixoto, Lima, Pescatori, 2019). Imagens de satélite de regiões aleatórias, primeiro da Asa Sul e depois da Ceilândia -mantendo a mesma escala - comprovam as diferenças citadas na comparação.

Figura 1: Asa Sul



Fonte: Geoportal DF.

Figura 2: Ceilândia



Fonte: Geoportal DF.

Uma das principais deficiências desse período em Ceilândia dizia respeito a um recurso essencial: a água. A situação degradante constituía, além de um grave problema, uma cruel ironia, visto que a remoção da população foi justificada pelo Plano Diretor de Água, Esgoto e Controle da Poluição do DF (PLANIDRO) de 1970. Como mencionado anteriormente, o argumento ambiental foi utilizado para legitimar a remoção; esse plano estabeleceu um limite populacional ao definir a bacia hidrográfica como unidade de planejamento e restringir a ocupação na Bacia do Paranoá. O trecho do Cordel cantado pelos moradores da extinta Vila do IAPI faz referência a disponibilidade de água: “A água tinha na mina, vários poços derramando / Água pura e cristalina [...] gente jovem dançando” (Oliveira, 2007). Em contraste, em Ceilândia, a escassez de água configurava uma realidade desumana.

(MJ) – Eles botavam uma torneira, ficava assim no mato e era uma briga, que a gente para enfrentar uma fila de 580 latas que até hoje não me esqueço.

(SR) – 580 latas?

(MJ) – Para a gente conseguir pegar duas, três latas d’água em um carrinho, às vezes ia com seis, passava o dia todinho para pegar seis.

(SR) – Isso que eu ia perguntar, quanto tempo vocês levavam para pegar?

(MJ) – O dia todinho buscando água.

(AM) – É, trazer, ninguém preocupava muito com banho, ninguém era acostumado, que na Vila, não se tomava banho mesmo, então já viemos... ninguém... banho era coisa assim... era coisa de luxo.

(SN) – Ninguém acredita não, os meus meninos mesmo não acreditam. Aí filha, quando... sabe o quê que nós fazíamos? Tu pensa que nós “banhava” os meninos todo dia? Não tinha água, o carro pipa passava de 15 em 15 dias, ou de 8 em 8 dias, enchendo aqueles tambores, o povo vinha de noite e roubava.

(SR) – Roubava água?

(SN) – A água, e a gente que estava com aquela... não tinha vasilha para colocar minha filha, dentro de casa, mas também tinha dia que ia ver água ao menos nos tambores para fazer café, estava seco, não tinha água nem que desse um comprimido para uma criança [...]

(LO) – Não senhora, quando tinha, era no caminhão pipa que deixava água, distribuía água para o pessoal, mas eu chegava, o caminhão pipa já tinha passado, porque os meninos eram pequenos e não podiam pegar e eu de noite tinha que chegar da Confederal, doze horas da noite, uma hora e ia buscar água.

(SR) – E buscava como, em balde seu Luzimar?

(LO) – Buscava num galão, duas latas, botava num pau duas latas e trazia, uma galão d'água, duas latas, ah! as coisas foram muito difíceis aqui, para começar foi...

(AS) – Ah! minha filha, essa era a história mais séria, porque a gente botava os tamborzinhos lá fora, as vezes de oito em oito dias que o carro pipa vinha colocar água, aquela água era ouro. Tinha mãe de família que banhava 5, 6 filhos numa bacia só, botava a agüinha ali, trazia o menino, começava pelo menorzinho, banhava o menorzinho ia botando, chamando o segundo, o terceiro, o quarto, o quinto na mesma água, o maior que levava desvantagem que tomava... pegava a água mais suja, era assim, a roupa a gente lavava na bacia também e às vezes de noite o pessoal ainda vinha e roubava a água.

(SR) – Tinha muita briga por conta desse negócio de água?

(AS) – Era, roubava o tambor, então isso era complicado [...]

(AS) – Ah, a água ali era ouro, então hoje eu fico olhando, as vezes falo muita coisa com o povo, gente, sabe o que é sofrimento? Sabem não.

A carência de equipamentos urbanos em Ceilândia implicava na necessidade dos habitantes de recorrerem à infraestrutura de outras Regiões Administrativas, o que evidenciava a completa dependência da população em relação às áreas mais estruturadas, especialmente no que se refere à obtenção de serviços essenciais, como atendimento médico

(SR) – E médico, o quê que vocês faziam quando tinha algum problema, alguém ficava doente?

(PC) – Nós íamos lá para aquele São Vicente ali em Taguatinga.

(LO) – Tinha não senhora, hospital aqui.

(SR) – Como é que vocês faziam, assim quando as crianças precisavam de um atendimento?

(LO) – Taguatinga e para o Plano

(LO) – Ou a Vila do IAPI, no IAPI tinha um, antigo Hospital do IAPI.

(DB) – Atendimento médico lá quando a gente morava na Vila, era atendido onde tinha esse hospitalar por nome de IAPI.

(SR) – Certo.

(DB) – Como a gente já estava acostumado, às vezes a gente ia lá.

Não só equipamentos de saúde mas mobiliários de lazer eram quase inexistentes na nova RA.

**Entrevistadora: E de lazer, o quê tinha aqui para fazer de lazer?**

(LO) – Ah! eu tenho a dizer a senhora que logo no início não tinha nada, era na tora mesmo, quase ninguém não tinha esse negócio de lazer.

(DB) – Não tinha.

(SR) – Não tinha nada para fazer?

(DB) – Nada, nada.

(AM) - Ah, lazer era trabalhar de domingo à domingo, não tinha, ninguém se preocupava com lazer não.

(GG) - Olha, o lazer aqui nós não tínhamos, na época era muito difícil, a gente não tinha condições nenhuma, tirando assim numa quadrinha de esporte, um basquete, uma peladinha de futebol.

(LL) – Lazer não tinha nada, a única coisa que a gente tinha era umas radiolinhas a pilha que a gente colocava para tocar, juntava assim no final de semana com os vizinhos aí começava.

Transporte era outra dificuldade. Complicava mais o fato de que muitas pessoas continuavam com seus empregos no Plano Piloto, e agora estavam a 24 quilômetros de distância e sem todo o percurso asfaltado.

(MP) - Não tínhamos transporte na cidade.

(MJ) – Não. Eu ia trabalhar no Plano de faxineira diarista, lava, passa com a barrigona pracadá [...]

(LO) – Eu saía daqui 08 horas da noite e 04 da manhã estava lá no Plano, é difícil, o negócio quando é para o pobre não é fácil.

(SR) – Não tinha estrada também, era tudo no chão de terra?

(LO) – Aqui?

(SR) – É.

(LO) – Aqui quase não tinha estrada senhora, era tudo no chão mesmo, não tinha asfalto nem nada, agora no Plano Piloto já tinha, de Taguatinga para lá já era estrada tudo asfaltado.

No contexto presente, a situação dos empregos em Brasília não sofreu grandes alterações. Persiste esta lógica em que Ceilândia – e outras Ras – orbitam o centro. Segundo a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) mais recente, realizada em 2021, o Plano Piloto concentra 40,7% dos empregos formais em Brasília, enquanto demograficamente representa somente 7,46% da população total da capital. Esse desequilíbrio é reflexo da dependência que as Regiões Administrativas, causando ainda um movimento pendular prejudicial para a população que desperdiça longas horas, diariamente, nos trajetos de deslocamento entre moradia e trabalho. Em análise mais profunda, esses dados, revelam como as áreas mais nobres do DF são acessíveis à população periférica somente nos momentos em que estas atuam como serviçais daqueles que de fato habitam Brasília.

De maneira geral, foram pelo menos três anos sem qualquer infraestrutura básica. Somente 5 anos após o remanejamento planejado pelo Estado, os serviços públicos essenciais foram fornecidos na Região Administrativa e a população pode usufruir de uma vivência mais digna. Hoje, 53 anos após a criação de Ceilândia, os moradores tem uma percepção diferente da cidade.

(DR) – Ah, hoje a vida é outra, eu gosto tanto daqui, eu não quero sair daqui não.

(EF) – Ah, valeu a pena. Eu tenho um filho com 17 anos, que às vezes eu falo com ele assim: “Eu vou embora prá Bahia, você também vai.” “Ah, mãe então vai a senhora só, que eu num vou não”. Quer dizer, eles criaram tudo, cresceram, nasceram aqui e tão... ele ainda tá estudando, tá com 17 anos e eles num troca Ceilândia, eles num troca Brasília de jeito nenhum. Esse meu filho que tá com... com 36 anos, ele diz assim: “Eu num troco minha Brasília de jeito... prá lugar nenhum, nasci aqui e aqui vou ficar”.

(ER) - E ademais é que essa população vai tocar a sua própria cidade, Ceilândia vai ser consoli...já foi consolidada e vai ser mantida por sua própria população [...]

## CONCLUSÃO

À medida que o centro de Brasília se consolidava como um polo de serviços e empregos, foram implementadas políticas de remoções e despejos compulsórios da população mais pobre – predominantemente negra – que ocupava a região central. Forçadas a abandonar os acampamentos e invasões em que viviam, essas pessoas foram realocadas em subúrbios-dormitório, situados a quilômetros do Plano Piloto (DERNTL, 2018). Esse processo evidencia a estratégia de aparação voluntária adotada pelos grupos hegemônicos, que, ao promoverem o contraste, buscavam valorizar suas próprias condições, uma vez que nada existe "em si" (NOGUEIRA, 1998). A segregação é hoje uma das marcas de Brasília.

Enquanto as unidades de vizinhança se estabeleciam no Plano Piloto, Ceilândia surgia afastada do centro, alheia às ideologias modernas de qualidade de vida. A erradicação da Vila do IAPI – assim como de outras ocupações irregulares em contextos semelhantes – não resultou na oferta de infraestrutura ou melhorias nas condições de vida.

Todo o processo de despejo ocorreu de maneira autoritária e impositiva, apesar de pacífica - devido ao trabalho de convencimento realizado pelas autoridades. Ainda persiste a narrativa "heróica" da construção de Ceilândia, exaltando aqueles que "construíram uma cidade para abrigar os imigrantes de Brasília" utilizando a erradicação como prática ordenadora do espaço urbano. É necessário refutar esta retórica que legitima a perpetuação destas políticas e vê nos casos como o de Ceilândia, exemplos de sucesso na suposta mitigação da favelização.

Os depoimentos aqui citados mostram que aos moradores do IAPI não foi dada a opção de permanecer no local em que já estavam estabelecidos, oferecendo adequação urbana. Foram retirados de uma região precária e jogados em outra, agora sem as poucas vantagens que a localização oferecia. Coube à população encontrar formas de resistir e sobreviver em circunstâncias adversas, encontrando no agenciamento maneiras de garantir a sua continuação em Brasília.

– A história de Ceilândia, mas tem muito mais coisa... Ceilândia, Ceilândia tem uma história formada por pessoas que criaram sua própria história. (RIBEIRO, Eliezer Marques. p.21, 2002)

## REFERÊNCIAS

BASTOS, M. L. Abadia. **Ceilândia: a cidade... o homem... o trabalho comunitário**. Brasília: FEDF, 1979.

BORGES, Domingos José; BORGES, Manoel Luiz; COELHO, Pedrina de Oliveira; FARIAS, Edite Martins; GONÇALO, Gonçalves Bezerra; JESUS, Ana Maria de; LIMA, Adair José de; LIMA, Severino Ramos; LOBÃO, Luiz Gonzaga Ribeiro; MANEIRO, Albino Antônio; MATTÃO, José; MENDES, Ilton Ferreira; NASCIMENTO, Severina Etelvina; NOGUEIRA, Francisco Chagas; OLIVEIRA, Luzimar; PEREIRA, Francisca Coelho; PIRES, Maria do Socorro; PIMENTEL, Maria das Graças; RIBEIRO, Eliezer Marques; RODRIGUES, Dalva Afonso N; SILVA, Antônia Alves da; SILVA, Severino Bezerra da. **Depoimento - Programa de História Oral: Projeto Ceilândia**. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2001-2005.

CODEPLAN. **DEMOGRAFIA EM FOCO 7: Evolução dos Movimentos Migratórios para o Distrito Federal: 1959 - 2010**. Brasília. 90 p.2013.

DERNTL, M. F. Além do plano: a concepção das cidades-satélites em Brasília. **Vitruvius - Arqutextos**. 2018. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arqutextos/19.221/7150>> acessado em: 12 de mai. de 2024

FIALHO, Átila R.; SILVA, C. P. C. da. Segregação planejada nos primórdios de Brasília: o caso da vila Amauri: El caso de Vila Amauri. **Cadernos Metrôpole**, [S. l.], v. 25, n. 58, p. 1051–1072, 2023. DOI: 10.1590/2236-9996.2023-5812. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/59505>> Acesso em: 19 jun. 2024.

HARTMAN, Saidiya. **Vidas rebeldes, belos experimentos: Histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encrenqueiras e queers radicais**. São Paulo. Editora Fósforo, 2019

IPHAN. **Relatório do Plano Piloto De Brasília**. Brasília: Iphan-DF, 2018.

LANCELLOTTI, A.C.O., GUINANCIO, C. A política urbana do Distrito Federal: um resgate historiográfico da relação entre ocupação territorial e desigualdades socioespaciais. **Paranoá**, (33),1–23.2022

NOGUEIRA, Isildinha et al. **Significações do corpo negro**. [s.l.] Tese de Doutorado. USP. São Paulo, Sp, Brasil Editora Perspectiva, 1998.

OLIVEIRA, Tony Marcelo. **A erradicação da Vila IAPI**: Marcas do processo de formação do espaço urbano de Brasília. Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências Humanas: Departamento de Geografia: UnB, Brasília, 2007.

PEIXOTO, Elane Ribeiro; LIMA, Carlos Henrique Magalhães; PESCATORI, Carolina. Urbanização violenta: dinâmicas da segregação socioespacial em Brasília. *In* Encontro Nacional d. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 18., 2019, Natal. **Anais** [...] Natal: ANPUR; UFRN. Disponível em: <<http://xviiienanpur.anpur.org.br/anais-sts/#>> Acessado em 27 de mai. de 2024.